

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008829-45.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**
 Requerente: **Alexandre Barbosa Amaral**
 Requerido: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Alexandre Barbosa Amaral propôs a presente ação contra a ré Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A, requerendo: a) a condenação da ré no pagamento da quantia de R\$ 13.218,00, referente ao valor do veículo; b) a condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 7.000,00.

A ré, em contestação de folhas 117/134, impugnou o pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita ao autor. Suscitou preliminar de falta de interesse processual e, no mérito, requereu a improcedência da ação, alegando que: a) descabida a aplicação da Súmula 479 do STJ; b) não houve conduta indevida de sua parte; c) cabe ao autor provar suas alegações; d) não há danos morais a serem ressarcidos, na medida em que o fato narrado não passou de um mero dissabor; e) não há que se falar em inversão do ônus da prova; f) foi a própria vítima quem concorreu para a causação do dano; g) reconhecido o dano moral que este seja fixado observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e da vedação ao enriquecimento sem causa.

Réplica de folhas 156/157.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados pelas partes (CPC, artigo 434).

De início, tratando-se de relação de consumo, de rigor a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Rejeito a impugnação, ficando mantidos os benefícios da justiça gratuita concedido ao autor. A Lei 1060/50 não estabelece parâmetros, pois deferiu ao Juízo a valoração, diante do caso concreto. Sendo assim, diante das circunstâncias apresentadas, cabe ao juiz verificar se a parte possui ou não condições de arcar com as custas do processo, podendo inclusive indeferir o benefício “ex officio” (art. 5º).

No caso sob exame, a impugnante não trouxe aos autos quaisquer documentos aptos a desqualificar a declaração de hipossuficiência alegada pelo autor.

A mera alegação de que o autor contratou advogado particular não é suficiente para afastar a concessão do benefício, sendo de rigor a rejeição da impugnação. **Nesse sentido: 9000007-70.2007.8.26.0072** Apelação Relator(a): Cesar Ciampolini Comarca: Bebedouro Órgão julgador: 10ª Câmara de Direito Privado Data do julgamento: 08/04/2014 Data de registro: 09/04/2014 Outros números: 90000077020078260072 **Ementa:** “Apelação. Impugnação ao pedido de justiça gratuita. Impugnante que não se desincumbiu do ônus de provar a inexistência dos requisitos essenciais à concessão do benefício. Não é só aos miseráveis que a lei intenta deferir assistência judiciária. A existência de patrimônio não acarreta, por si só, a perda do direito ao benefício, se comprovadamente for pequena a renda do que pleiteia o benefício. Caso em que este ganha por volta de R\$ 1.900,00 mensais. Manutenção da gratuidade. Sentença reformada. Recurso provido.”

Ademais, o autor encontra-se assistido por advogado nomeado pelo convênio entre


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

a Defensoria Pública e a OAB/SP (**confira folhas 7**).

Afasto a preliminar de falta de interesse porque seu fundamento é matéria de mérito.

No mérito, aduz o autor que: a) no ano de 2011 celebrou com a ré um contrato de financiamento do veículo GM/Vectra CD 2.2 16V, placas COM-0955, ano 1998; b) no mês de julho de 2012 passou por sérias dificuldades financeiras, não adimplindo as parcelas 11 e 12; c) a ré ajuizou ação de busca e apreensão, sendo decretada a busca e apreensão em 06/12/2012; d) em 10/12/2012, o autor purgou a mora, efetuando um depósito no valor de R\$ 7.636,55, sendo determinada a devolução do bem; e) quando o réu foi proceder a devolução do veículo, o autor se recusou a recebê-lo, porque apresentava avarias que não existiam quando da apreensão, não estando ainda funcionando seu sistema elétrico; f) a ré agiu com desídia naquele processo, sendo condenado a pagar ao autor multa diária, que totalizou o valor de R\$ 14.321,05; g) não obstante, o autor ficou sem o veículo, causando-lhe transtornos como tristeza, medo e raiva; h) que o valor do veículo, de acordo com a tabela Fipe, perfaz a quantia de R\$ 13.218,00. Assim, pretende que a ré seja condenada a ressarcir-lhe a quantia de R\$ 13.218,00, correspondente ao valor do veículo que foi apreendido e que, após a purgação da mora, não lhe foi restituído, bem como a condenação da ré no pagamento de indenização por danos morais.

O autor, instruiu a inicial com a cópia do contrato celebrado com a ré (**confira folhas 14/17**). Também instruiu a inicial com cópias da ação de busca e apreensão que tramitou perante o Juízo da 5ª Vara Cível, inclusive com o auto de busca e apreensão em que o oficial de justiça descreve o veículo, mencionando que se encontrava "em bom estado e funcionamento, com bancos de couro" (**confira folhas 22**). Comprovou que efetuou o pagamento quando da purgação da mora (**confira folhas 25 e 28**), porém, ao receber o veículo, verificou que este não se encontrava em perfeitas condições, e por esta razão recusou-se a assinar o termo de entrega. Anexou aos autos fotografias (**confira folhas 36/42**), demonstrando as avarias no veículo e notificação de autuação de infração de trânsito (**confira folhas 43**) cometida em 06/12/2012, data em que o veículo não estava mais em seu poder.

De fato, o autor não estava obrigado a receber o veículo avariado, pois competia à ré restitui-lo ao autor nas mesmas condições em que se encontrava quando da apreensão, já que permaneceu na posse do bem na qualidade de depositário. **Nesse sentido:** Busca e apreensão. Purgação da mora. Revogação da liminar. Hipótese em que competia à instituição financeira a guarda e conservação do veículo, até o término do prazo para a devedora fiduciante purgar a mora, ônus do qual não se desincumbiu. Veículo avariado e sem condições de tráfego. Recusa justificada da agravada em receber o bem, o que implica a imposição da multa. Recurso improvido (Agravado de Instrumento 20022580-18.2013.8.26.0000 Relator(a): Gomes Varjão; Comarca: Registro; Órgão julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 05/08/2013; Data de registro: 09/08/2013).

O autor, por seu turno, comprovou que o valor médio de mercado do veículo, de acordo com a tabela Fipe, é de R\$ 13.218,00 em 26/07/2016 (**confira folhas 8**).

Dessa maneira, de rigor a procedência do pedido de condenação da ré no pagamento da quantia de R\$ 13.218,00, correspondente ao valor do veículo de acordo com a Tabela Fipe, com atualização monetária a partir do ajuizamento e juros de mora a partir da citação.

Procede, ainda, o pedido de indenização por danos morais. Por óbvio que os transtornos suportados pelo autor superaram a esfera do mero aborrecimento, tendo em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

vista que o autor pagou pelo veículo e este não lhe foi entregue, mesmo após a prolação da sentença pelo MM. Juiz da 5ª Vara Cível que determinou à ré o dever de restituir ao autor o veículo GM Chevrolet Vectra, ano 1998, em perfeitas condições conforme se encontrava antes da busca e apreensão.

Considerando a condição econômica das partes, tratando-se a ré de uma das maiores instituições financeiras do país e o caráter pedagógico da condenação, fixo o dano moral em R\$ 7.000,00, valor estimado pelo autor, que certamente não importará em enriquecimento sem causa ao autor e tampouco em empobrecimento da ré, com atualização monetária a partir de hoje. Os juros de mora são devidos a partir do ato ilícito, nos termos da Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça. De acordo com o boletim de ocorrência de folhas 11, o veículo deveria ter sido entregue em data de 15/01/2013, a qual servirá como termo inicial para efeitos dos juros moratórios.

Diante do exposto, acolho o pedido inicial, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de: a) condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 13.218,00, com a atualização monetária a partir do ajuizamento e juros de mora a contar da citação; b) condenar a ré no pagamento de indenização, a título de danos morais, em favor do autor, no valor de R\$ 7.000,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir de 15/01/2013, nos termos da fundamentação supra.

Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 20% do valor total da condenação, ante o bom trabalho realizado nos autos, notadamente pela clareza e concisão da petição inicial

Arbitro os honorários do patrono do autor em 100% do valor da tabela. Expeça-se a certidão de honorários após o trânsito em julgado.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.I.C.

São Carlos, 08 de setembro de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**